

SERVIDOR

Paloma Savedra



AUTARQUIA responsável pelo pagamento de **aposentadorias e pensões**, o Fundo Único de Previdência Social do Estado (Rioprevidência) tem 22.206 aposentadorias por invalidez, que representam custo anual de R\$ 1,9 bilhão.

e-mail: paloma.savedra@odia.com.br

Pente-fino vai gerar economia de R\$ 1,04 bi

Rioprevidência pode cortar 13 mil aposentadorias por invalidez irregulares

Contrariando previsão feita no ano passado, o Rioprevidência estima um déficit de R\$ 4 bilhões para 2019 — valor que o Tesouro Estadual terá de alocar no fundo para garantir a quitação da folha previdenciária. Mas algumas medidas que vêm sendo adotadas devem reduzir em R\$ 2 bilhões esse buraco, e a principal delas é o **pente-fino em aposentadorias por invalidez**. Com essa auditoria, a equipe da autarquia calcula economia de R\$ 1,04 bilhão.

As informações são do presidente do Rioprevidência, Sérgio Aureliano, que afirmou à Coluna a possibilidade do corte de 13.714 benefícios desse tipo. Ele frisou que es-

ses vínculos só serão excluídos da folha de pagamentos do fundo se forem comprovadas as irregularidades, como situações de pessoas que constam como inválidas no Estado do Rio, mas trabalham em algum município ou no setor privado.

“Estamos trabalhando para diminuir o déficit de R\$ 4 bilhões, e já calculamos a redução para R\$ 2 bilhões. Uma das principais iniciativas para aumentar a receita e para reduzir as despesas é a auditoria nas **aposentadorias por invalidez**. Só isso vai garantir R\$ 1,04 bilhão”, afirmou.

Como a Coluna informou na edição de 1º de fevereiro, dos 22 mil vínculos que recebem esse tipo de benefício

previdenciário, o órgão identificou pelo menos 989 em situação irregular, ou seja, pessoas que estão trabalhando em algum município ou na iniciativa privada. Todos terão de se explicar, e, após cumprido o rito para a ampla defesa, se for confirmada a irregularidade, o Rioprevidência cortará o pagamento.

NOVA PERÍCIA

Mas além desses, serão revistas 6.662 **aposentadorias** por invalidez por meio de uma perícia médica, e mais 6.063 pelo **recadastramento** que o Estado do Rio de Janeiro está fazendo para atualizar a sua folha salarial. Com as 989, somam-se 13.714 com risco de serem cortadas.



Rioprevidência é a autarquia responsável pelo pagamento de aposentadorias e pensões do estado

REPRODUÇÃO INTERNET

Auditoria combate fraudes, mas há exceções

Essa auditoria do Rioprevidência conta com o cruzamento de dados de seus vínculos com a folha salarial dos municípios (que fecharam convênio com a autarquia) e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O foco da equipe do órgão é combater fraudes e, consequentemente, pagamentos indevidos.

Esses beneficiários serão convocados a se explicarem ao estado. E terão

direito à ampla defesa. Se durante o prazo do procedimento administrativo for constatada alguma má-fé, ou seja, que de fato houve fraude, o caso será encaminhado ao Ministério Público Estadual.

Dependendo da situação, a pessoa poderá ser processada. Mas há algumas exceções: um PM pode estar “inválido” para exercer a função militar, mas em condições de exercer alguma atividade civil.

Piso: base propõe só para 2019

O congelamento do piso salarial no estado pelo período de dois anos (até o fim de 2020), como foi proposto pelo governador Wilson Witzel em projeto entregue à Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), gerou críticas e questionamentos sobre a constitucionalidade do texto. Pensando nisso, a base do governo já elabora emenda prevendo essa medida apenas por um ano, ou seja, para 2019.

Parlamentares que são contrários ao projeto e apontam ser inconstitucional um texto prever o congelamento do piso para o ano seguinte — como Luiz Paulo (PSDB) — também preparam suas emendas.

A ideia é garantir, pelo menos, 3,78% de reajuste às mais de 100 categorias do setor privado (a medida também influencia algumas carreiras do estado). O percentual é baseado no IPCA (índice oficial da inflação no país, medido pelo IBGE) acumulado de 2018.